

município de

VIMIOSO

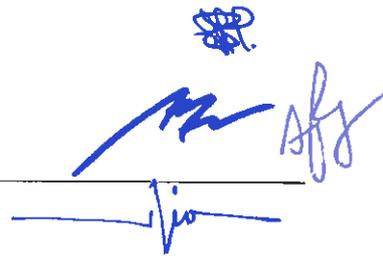
MUNICÍPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL



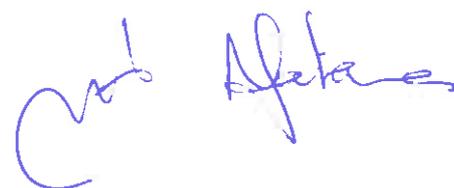
RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

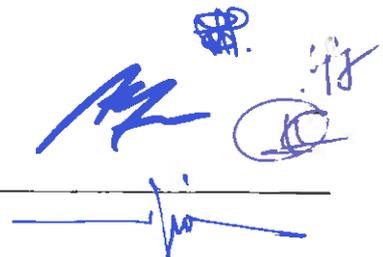
MARÇO 2016



Índice

1 – Introdução	2
2 – Estratégia Operacional	3
3 – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos	5
4 – Considerações Gerais das Contas do Município	7
5 – Receita	8
6 – Despesa	16
7 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	20
8 – Transferências e Subsídios	23
9 – Dívida do Município	24
10 – Situação Económica e Financeira – Sua Evolução	25
11 – Conclusão	30





1 – Introdução:

O relatório de gestão integra os documentos da Prestação de Contas do Município de Vimioso no ano de 2015, dando cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece como competência da Câmara Municipal a elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

O regime de contabilidade autárquica em vigor (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações) refere como documentos de prestação de contas das autarquias locais os seguintes:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Documentos a remeter ao Tribunal de Contas.

Relativamente ao relatório de gestão convém referir que se torna pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Administração Local, pelo que as conclusões feitas relativamente à sua gestão deverão ter em conta que a missão do Município de Vimioso será sempre a satisfação das necessidades coletivas e não a obtenção de lucro.

PRESENTE NA SESSÃO
ORDINÁRIA

25 ABR. 2016

DELIBERAÇÃO

*Deliberado e
aprovado*

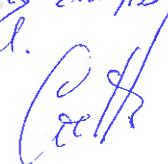


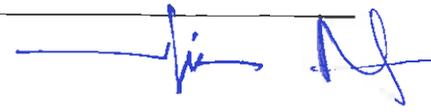
PRESENTE NA REUNIÃO
ORDINÁRIA

05 ABR. 2016

DELIBERAÇÃO:

*Deliberado aprovar e
submeter à apreciação
e aprovação da AS.
Municipal.*





2 - Estratégia Operacional:

2.1 Enquadramento Nacional:

Apesar das autarquias disporem de autonomia administrativa e financeira a verdade é que ela é relativa, em particular neste período de crise, que se reflete na racionalização de recursos financeiros, em sequência das opções do governo central e das restrições colocadas por nova legislação.

2.2 Opções Locais:

Toda a ação de executivo foi condicionada por esta conjuntura, donde, foi dada particular atenção ao equilíbrio das contas por forma a não comprometer a saúde financeira da autarquia, a qual comprometeria toda a política social a que importa, por clara opção, dar continuidade.

Privilegiamos como até aqui, Programas Comunitários, demos especial atenção à atribuição da reserva de eficiência, à reserva de programação e ainda aos contratos de cooperação técnica e financeira.

O bem estar das populações e a implementação das melhores opções para a concretização desse desiderato, continua a assentar na atuação a dois grandes níveis: um imperativo e outro estrutural e empreendedor.

2.3 A Nível Imperativo:

Continuamos a destacar como principais linhas orientadoras as seguintes:

- Consolidar, tanto quanto possível, uma política defensora dos agentes locais;
- Cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas com particular atenção ao mercado local;
- Redução do investimento com recurso exclusivo a capitais próprios;
- Apoiar iniciativas que se traduzam em mais valias para o concelho;
- Maximização dos recursos e meios próprios.

2.4 A Nível Estrutural e Empreendedor:

Estes domínios são os que mais se relacionam com a componente de realização de obras. Em síntese, privilegiamos:

- A criação de condições de expansão e captação de investimentos;
- A defesa e promoção da educação e cultura;
- O apoio às I.P.S.S.'s e promoção de uma política social e educativa, imprescindível em tempo de grave crise;

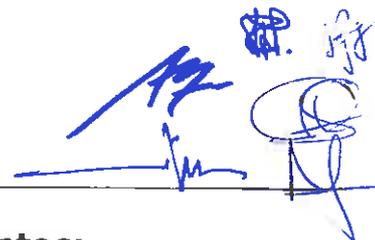




- A requalificação de espaços públicos;
- A reabilitação do património, numa clara preservação da cultura e promoção do turismo;
- Actuações ao nível do tratamento e salvaguarda dos recursos hídricos;
- A implementação de estratégias de consolidação do espaço edificado de forma harmoniosa e eficaz;
- O apoio à atividade das freguesias, clubes e associações, fundamentais na construção de dinâmicas sociais, culturais e desportivas geradoras de desenvolvimento económico.

Pretende-se pois, numa lógica de continuidade do trabalho desenvolvido, manter e consolidar a qualidade de vida dos munícipes, num tempo de particular especificidade, em que a atenção a todos e a cada um exigiu um redobrado esforço de políticas sociais de proximidade.

É certo que não é possível eliminar todos os constrangimentos e dificuldades dos munícipes mas, o objetivo de minorar as adversidades, com as políticas e medidas concretas adotadas, foi alcançado.



3 – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos:

O Orçamento da Receita e da Despesa e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano financeiro de 2015, foram aprovados em 28 de novembro de 2014 pela Câmara Municipal e em 12 de dezembro do mesmo ano, pela Assembleia Municipal, num total de 11.863.976,00€.

Ao longo do ano, motivadas pela normal gestão dos recursos financeiros do Município, propuseram-se e foram aprovadas, 1 alteração e 3 revisões ao orçamento da receita, 22 alterações e 2 revisões ao orçamento da despesa e ainda 20 alterações e 2 revisões ao Plano Plurianual de Investimentos.

➤ Revisões Orçamento da Receita

A primeira revisão do Orçamento da Receita foi para a utilização do saldo da gerência anterior no valor de 1.086.133,04€, aprovada pela Câmara Municipal a 07 de abril e pela Assembleia Municipal em 25 de abril de 2015.

A segunda revisão ao Orçamento de Receita, aprovada nas mesmas datas esteve relacionada com a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 858.600,00€ junto do Banco Santander Totta, S. A., para a realização do investimento “Ligação Vimioso – Fronteira (Alcanices)”.

A terceira e última revisão ao Orçamento da Receita foi para a criação da rubrica 130199 – Outras Receitas de Capital – Outras, e foi aprovada pela Câmara Municipal a 08 de setembro de 2015 e pela Assembleia Municipal em 25 de setembro de 2015.

➤ Revisões Orçamento da Despesa

A primeira revisão ao Orçamento da Despesa aprovada pela Câmara Municipal em 07 de abril de 2015 e pela Assembleia Municipal em 25 de abril de 2015 serviu para reforçar várias rubricas de investimento (070101 – Terrenos, 07010307 – Outros Edifícios, 07010401 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares e 070115- Outros Investimentos) e inscrever no orçamento a rubrica 090802 – Activos Financeiros – Unidades de participação – Sociedades e Quase- Sociedades não Financeiras – Públicas, para o registo das unidades de participação do FAM – Fundo de Apoio Municipal.

A segunda revisão do Orçamento da Despesa aprovada pelos mesmos órgãos em 08 e 25 setembro de 2015, respetivamente, esteve relacionada com o reforço das rubricas 020220 – Outros Trabalhos Especializados e 07010401 - Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares.

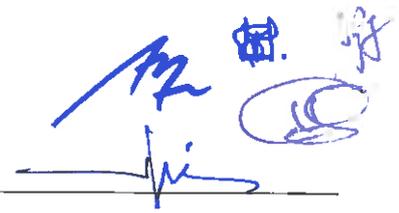


➤ **Revisões ao Plano Plurianual de Investimentos**

A primeira revisão do PPI – Plano Plurianual de Investimentos esteve relacionada com o reforço das ações n.º 1, 2, 17,18 e 21 dentro do objetivo Habitação e Serviços Coletivos e do Programa Ordenamento do Território. Também serviu para reforçar a rubrica do Fundo de Apoio Municipal. A mesma foi aprovada pela Câmara Municipal em 07 de abril de 2015 e pela Assembleia Municipal em 25 de abril de 2015.

A segunda revisão do Plano Plurianual de Investimentos serviu para reforçar as rubricas " Leitura e Cobrança de Todos os Contratos de Fornecimento de Água do Município de Vimioso " e " Beneficiação/Conservação/ Reparação de Arruamentos Diversos no Concelho".Esta revisão foi aprovada pela Câmara Municipal a 08 de setembro de 2015 e pela Assembleia Municipal em 25 de setembro de 2015.

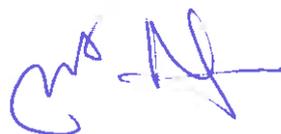


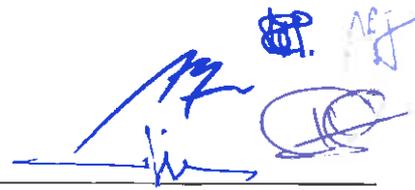


4 - Considerações Gerais das Contas do Município:

O presente quadro reflete os movimentos dos recebimentos e dos pagamentos de todas as operações efetuadas no presente ano económico e financeiro. De seguida, passaremos a analisar, detalhadamente, os respetivos saldos. Realça-se o saldo para a gerência seguinte de 1.494.583,58€ em operações orçamentais.

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Recebimentos		
Saldo da gerência anterior		1.682.437,62 €
Execução orçamental	1.086.133,04 €	
Operações de tesouraria	596.304,58 €	
Receitas orçamentais		8.980.171,40 €
Correntes	7.196.809,32 €	
Capital	1.783.362,08 €	
Outras		
Operações de tesouraria		1.160.542,49 €
Total		11.823.151,51 €
Pagamentos		
Despesas Orçamentais		8.571.720,86 €
Correntes	6.105.063,63 €	
Capital	2.466.657,23 €	
Operações de tesouraria		1.165.704,83 €
Saldo para a gerência seguinte		2.085.725,82 €
Execução orçamental	1.494.583,58 €	
Operações de tesouraria	591.142,24 €	
Total		11.823.151,51 €



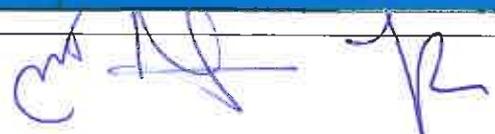



5 – Receita:

5.1 Estrutura da Receita:

O quadro que se segue discrimina por rubricas, a receita arrecadada na gerência de 2015, a qual totalizou o montante de 8.980.171,40€.

RESUMO DA RECEITA					
Receitas Correntes			Receitas Capital		
Impostos Diretos	533.057,00 €	5,94%	Venda de Bens de Investimento	17.000,00 €	0,19%
IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis	362.013,55 €	4,03%			
IUC - Imposto Único de Circulação	78.926,74 €	0,88%	Transferência de Capital	1.096.356,03 €	12,21%
IMT - Imposto Municipal Sobre Transações Onerosas Imóveis	92.116,71 €	1,03%	Administração Central:		
			- Fundo de Equilíbrio Financeiro	577.764,00 €	6,43%
Impostos Indiretos	7.675,90 €	0,09%	- Participação comunitária em projetos cofinanciados	518.592,03 €	5,77%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	24.363,94 €	0,27%	Passivos Financeiros	662.578,89 €	7,38%
Rendimentos Propriedade	1.786,89 €	0,02%	Outras Receitas de Capital	7.427,16 €	0,08%
Transferências Correntes	5.912.491,43 €	65,84%			
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	272.859,08 €	3,04%			
Administração Central:					
- Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.199.881,00 €	57,90%			
- Fundo Social Municipal	77.021,00 €	0,86%			
- Participação variável no IRS	108.104,00 €	1,20%			
- Outras	147.831,35 €	1,65%			
- Serviços e Fundos Autónomos	106.795,00 €	1,19%			
Venda de bens e serviços correntes	508.301,09 €	5,66%			
Outras Receitas Correntes	209.133,07 €	2,33%			
Total das Receitas Correntes	7.196.809,32 €	80,14%	Total das Receitas Capital	1.783.362,08 €	19,86%
Total das Receitas Orçamentais			8.980.171,40 €		





Relativamente à sua estrutura ou composição, salientam-se os seguintes aspectos:

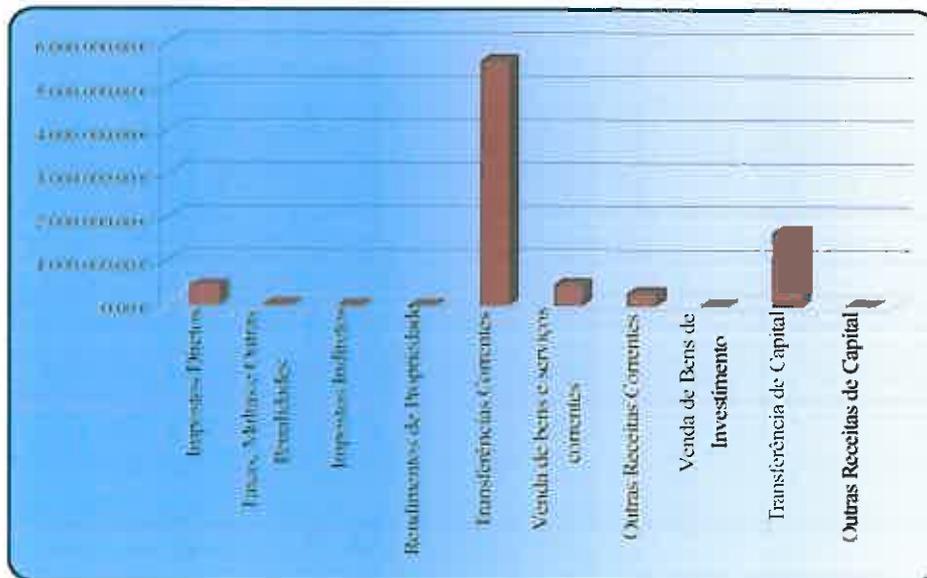
- Supremacia das receitas correntes representando 80,14% das receitas totais do ano de 2015, a que corresponde o montante 7.196.809,32€, por contraposição aos 19,86% das receitas de capital, com um valor 1.783.362,08€.
- No ano de 2015 as receitas totais registaram um aumento de 390.848.25€ face às receitas do ano de 2014. Essa evolução resultou de um acréscimo de 324.529,51€ nas receitas de correntes e um acréscimo de 66.318,74€ nas receitas capital.
- Dentro das receitas correntes verificou-se uma supremacia das Transferências Correntes que representam 65,84% da totalidade das receitas anuais, com especial relevância para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação variável no IRS.
- Convém realçar que a venda de bens e serviços representaram 5,66% da receita total do município no ano de 2015.
- Relativamente às receitas de capital podemos dizer que são essencialmente verbas resultante do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e de Fundos Comunitários. Estas totalizam o montante de 1.096.356,03€ e representam 61,48% das receitas de capital.
- A rubrica passivos financeiros regista o montante 662.578,89€ referente a receitas provenientes da contratação de um empréstimo bancário para a realização do investimento "Ligação Vimioso – Fronteira (Alcanices)". Este empréstimo tem como limite máximo 858.600,00€, tendo sido utilizado no ano de 2015 apenas o montante 662.578,89€.





O gráfico seguinte é elucidativo a este respeito:

ESTRUTURA DA RECEITA

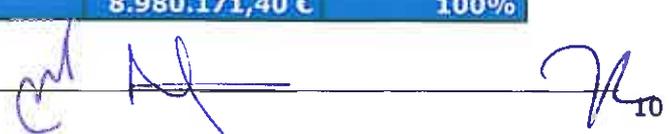


Mais detalhadamente, poder-se-á ainda referir o seguinte:

- O capítulo dos Impostos Diretos, divide-se em: Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto Único de Circulação, com valores percentuais de 5,03%, 1,28% e 1,10% face ao total da Receita Corrente e valores absolutos na ordem de 362.013,55€ na primeira, 92.116,71€ na segunda, 78.926,74€ na terceira.

Fazendo agora uma divisão global da receita na óptica da sua autonomia, a estrutura obtida é a seguinte:

RECEITA TOTAL - FUNDOS PRÓPRIOS E ALHEIOS		
Rubricas	Valores	Percentagem
Receitas Próprias	1.308.745,05 €	14,57%
Transferências		
FEF / FSM / Participação Fixa IRS	5.962.770,00 €	66,40%
Outras Transferências	1.046.077,46 €	11,65%
Passivos Financeiros	662.578,89 €	7,38%
TOTAL	8.980.171,40 €	100%

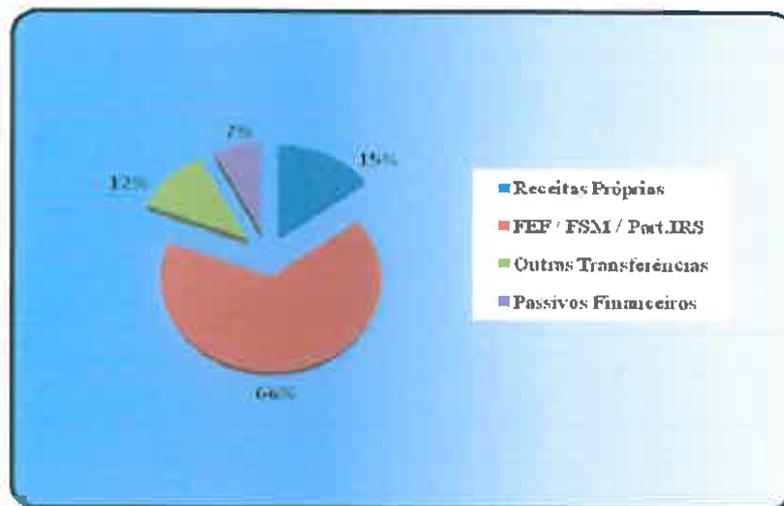




Relativamente ao quadro anterior, a sua análise descritiva merece os seguintes comentários:

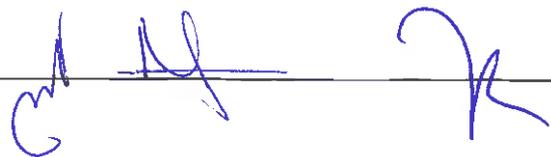
- Em primeiro lugar, um volume de receitas próprias de 1.308.745,05€, a que corresponde um reduzido índice de autonomia financeira de, aproximadamente, 14,57%.
- Peso relevante das Transferências Totais (FEF / FSM / Participação Variável no IRS + Outras Transferências), com um valor muito expressivo: 7.008.847,46€, representando 78,05% da receita total anual.
- Os Passivos Financeiros (receita proveniente do empréstimo bancário contraído para a realização do investimento "Ligação Vimioso – Fronteira (Alcanices)) representaram 7,38% das receitas arrecadas no ano de 2015.

AUTONOMIA FINANCEIRA



Da análise do quadro seguinte, relativo às receitas próprias, verifica-se o seguinte:

- Supremacia dos Impostos Diretos, no cômputo das receitas próprias, com um valor relativo de 40,73%, seguido da Venda de Bens e Serviços Correntes que representam 38,84% das receitas próprias e das Outras Receitas Correntes com 15,98%.
- As restantes rubricas apresentam pouco peso na estrutura dos fundos próprios.





RECEITA - FUNDOS PRÓPRIOS		
Rubricas	Valores	Percentagem
Impostos Diretos	533.057,00 €	40,73%
Impostos Indiretos	7.675,90 €	0,59%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	24.363,94 €	1,86%
Rendimentos de Propriedade	1.786,89 €	0,14%
Venda de Bens e Serviços Correntes	508.301,09 €	38,84%
Outras Receitas Correntes	209.133,07 €	15,98%
Venda de Bens de Investimento	17.000,00 €	1,30%
Outras Receitas de Capital	7.427,16 €	0,57%
TOTAL	1.308.745,05 €	100%

Fazendo agora um breve comentário aos "Fundos Alheios" e aos capítulos que os abrangem, nomeadamente, Transferências, já que o seu significado e conteúdo não é imediato, mas contudo, relevante, convirá ter presente que na sua maioria são constituídas por receitas oriundas das transferências do Orçamento de Estado e de Fundos Comunitários cujas receitas estão consignadas a projetos específicos em áreas bem diversas.



5.2 Evolução da Receita:

A evolução da receita relativamente às gerências anteriores (2013, 2014 e 2015), analisada segundo as ópticas já utilizadas, está representada nos quadros que se seguem.

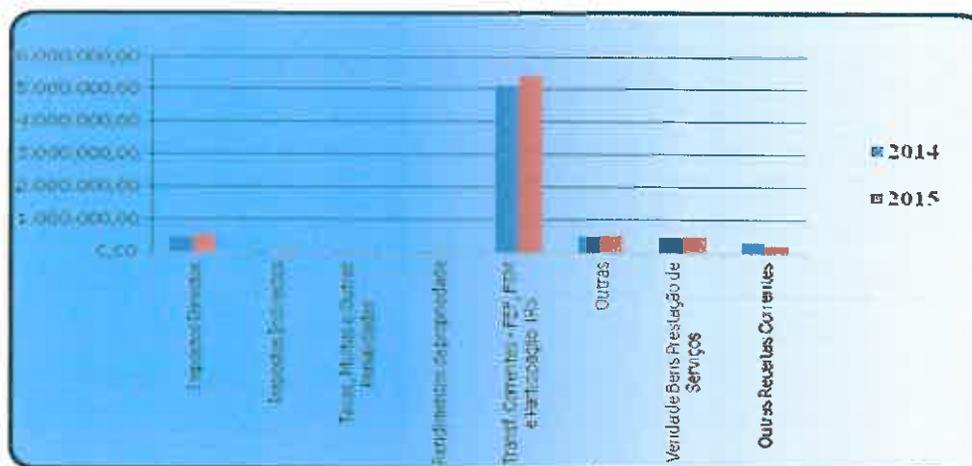
EVOLUÇÃO DA RECEITA				
Receitas Correntes	2013	2014	2015	Variação Absoluta 2015-2014
Impostos diretos	458.588,26 €	468.095,64 €	533.057,00 €	64.961,36 €
- IMI - Imposto Municipal s/ Imóveis	333.532,47 €	358.445,36 €	362.013,55 €	3.568,19 €
- IUC - Imposto Único de Circulação	85.457,66 €	84.978,90 €	78.926,74 €	-6.052,16 €
- IMT - Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	39.585,11 €	24.671,38 €	92.116,71 €	67.445,33 €
Impostos Abolidos - Contribuição autárquica	13,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Impostos indiretos	14.971,25 €	8.344,57 €	7.675,90 €	-668,67 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	19.565,30 €	22.911,20 €	24.363,94 €	1.452,74 €
Rendimentos de propriedade	1.462,08 €	1.747,33 €	1.786,89 €	39,56 €
Transferências Correntes	5.209.185,18 €	5.606.152,27 €	5.912.491,43 €	306.339,16 €
FEF; FSM; Participação no IRS	4.680.089,00 €	5.105.943,00 €	5.385.006,00 €	279.063,00 €
Outras	529.096,18 €	500.209,27 €	527.485,43 €	27.276,16 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	492.494,77 €	474.929,61 €	508.301,09 €	33.371,48 €
Outras Receitas Correntes	323.617,04 €	290.099,19 €	209.133,07 €	-80.966,12 €
Total Receitas Correntes	6.519.883,88 €	6.872.279,81 €	7.196.809,32 €	324.529,51 €
Receias de Capital	2013	2014	2015	Variação Absoluta 2015-2014
Venda de Bens de Investimento	2.535,05 €	4.893,45 €	17.000,00 €	12.106,55 €
Transferências de Capital	2.996.860,31 €	1.712.149,89 €	1.096.356,03 €	-615.793,86 €
FEF	1.139.473,00 €	553.144,00 €	577.764,00 €	24.620,00 €
Outras	1.857.387,31 €	1.159.005,89 €	518.592,03 €	-640.413,86 €
Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	662.578,89 €	662.578,89 €
Outras Receitas de Capital	19.450,38 €	0,00 €	7.427,16 €	7.427,16 €
Total Receitas de Capital	3.018.845,74 €	1.717.043,34 €	1.783.362,08 €	66.318,74 €
Receitas Totais	9.538.729,62 €	8.589.323,15 €	8.980.171,40 €	390.848,25 €



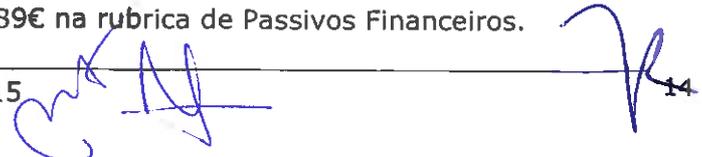
Tal como se procedeu no ponto anterior, sublinham-se de seguida e, resumidamente, os aspectos que se configuram como mais relevantes:

- Subida da Receita Total, no valor de 390.848,25€, em percentagem da ordem dos 4,55% relativamente ao ano anterior.
- As receitas correntes registaram um aumento de 324.529,51€, isto é, de 4,72% face ao ano anterior, que advém em grande parte do acréscimo do montante de receitas correntes previsto no Orçamento de Estado de 2015 e transferido para o Município de Vimioso que registou uma subida de 279.063,00€.
- Dentro das receitas correntes também convém realçar que os Impostos Diretos apresentaram uma evolução positiva e um acréscimo de 13,88% face ao ano de 2014, e que as Outras Receitas correntes registaram um decréscimo de 80.966,12€.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES

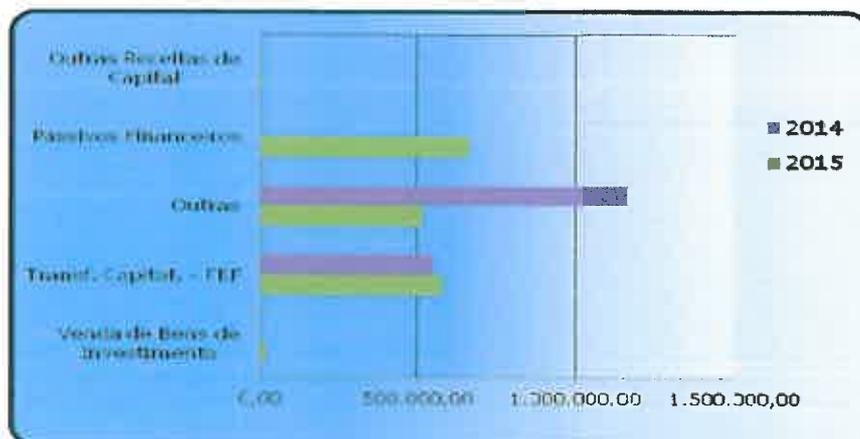


- O cálculo da variação absoluta das Receitas de Capital (sem o saldo da gerência) dos anos de 2015 e de 2014 permite-nos concluir que se verificou uma subida de 66.318,74€ no ano de 2015 face a 2014.
- No âmbito das Transferências de Capital, o Fundo de Equilíbrio Financeiro registou um acréscimo de 24.620,00€ e os Fundos Comunitários registaram uma descida de 640.413,86€.
- Ainda na análise das Receitas de Capital verifica-se face ao ano de 2014 um acréscimo de 662.578,89€ na rubrica de Passivos Financeiros.





EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CAPITAL

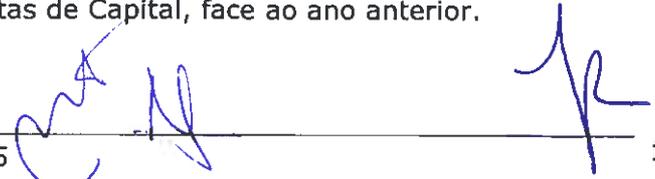


EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Rubricas	2014	2015	Varição Absoluta 2015-2014	Varição Relativa
Impostos Diretos	468.095,64 €	533.057,00 €	64.961,36 €	13,88%
Impostos Indiretos	8.344,57 €	7.675,90 €	-668,67 €	-8,01%
Taxas Multas e Outras Penalidades	22.911,20 €	24.363,94 €	1.452,74 €	6,34%
Rendimentos de Propriedade	1.747,33 €	1.786,89 €	39,56 €	2,26%
Venda de Bens e Serviços	474.929,61 €	508.301,09 €	33.371,48 €	7,03%
Outras Receitas Correntes	290.099,19 €	209.133,07 €	-80.966,12 €	-27,91%
Venda de Bens de Investimento	4.893,45 €	17.000,00 €	12.106,55 €	247,40%
Outras Receitas de Capital	0,00 €	7.427,16 €	7.427,16 €	
TOTAL	1.271.020,99 €	1.308.745,05 €	30.296,90 €	2,97%

Também aqui, analisando o quadro anterior, mais detalhadamente, deve salientar-se:

- Os Impostos Diretos aumentaram 64.961,36€ face ao ano anterior e os Impostos Indiretos registaram um decréscimo de 668,67€;
- Acréscimo no capítulo de Venda de Bens e Prestação de Serviços em 33.371,48€;
- De referir na Venda de Bens de Investimento uma subida de 12.106,55€, um decréscimo de 80.966,12€ na rubrica Outras Receitas Correntes, uma subida de 1.452,74€ nos Rendimentos de Propriedade e uma acréscimo de 7.427,16€ nas Outras Receitas de Capital, face ao ano anterior.



6 – Despesa:

6.1 Estrutura da Despesa:

Os dois quadros que se seguem reproduzem a estrutura da despesa durante a gerência em análise, a qual, como se pode verificar, totalizou o valor de 8.571.720,86€.

ESTRUTURA GLOBAL DA DESPESA		
Descrição	2015	%
Despesas Correntes	6.105.063,63 €	71,22%
Despesas Capital	2.466.657,23 €	28,78%
Despesas Totais	8.571.720,86 €	100,00%

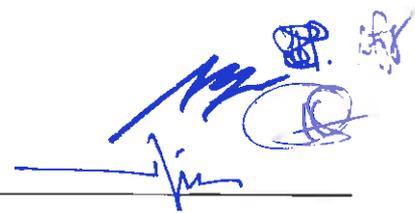
A este propósito, justificar-se-ão as seguintes observações:

- Supremacia das Despesas Correntes com 71,22%, a que corresponde um volume de fundos de 6.105.063,63€, por contraposição aos 28,78% das Despesas de Capital, com um valor de 2.466.657,23€.
- Presença intermédia das despesas com a Aquisição de Bens e Serviços Correntes, Despesas com Pessoal e Aquisição de Bens de Capital, com uma expressão de 33,91%, 29,24% e 20,55%, respetivamente, no contexto das despesas totais.
- Presença não muito significativa das restantes rubricas da classificação económica.

ESTRUTURA DETALHADA DA DESPESA		
Descrição	2015	%
Despesa com Pessoal	2.506.703,49 €	29,24%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	2.907.022,78 €	33,91%
Juros e Outros Encargos	27.922,15 €	0,33%
Transferências Correntes	551.965,57 €	6,44%
Outras Despesas Correntes	111.449,64 €	1,30%
Aquisição de Bens de Capital	1.761.749,78 €	20,55%
Ativos Financeiros	402.175,92 €	4,69%
Passivos Financeiros	293.303,52 €	3,42%
Outras Despesas de Capital	9.428,01 €	0,11%
TOTAL	8.571.720,86 €	100,00%

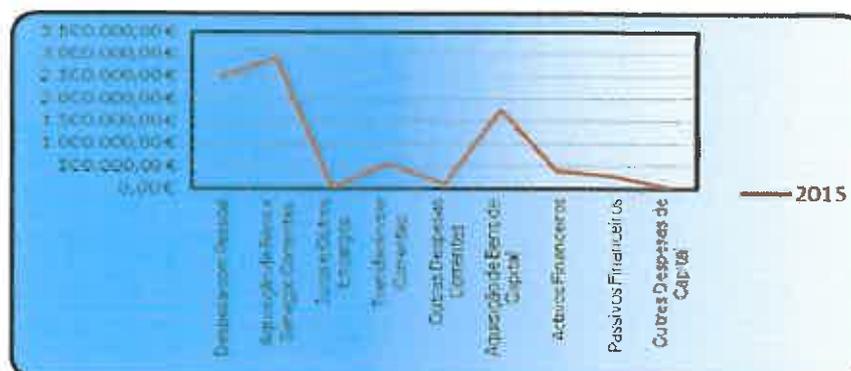
Relativamente aos investimentos previstos na rubrica de "Aquisição de Bens de Capital" que ascendem a 1.761.749,78€, podemos realçar as seguintes despesas:

- "Viação Rural" (674.855,07€) que abrange, para além de outras, as despesas da empreitada da "Ligação Vimioso – Fronteira (Alcanices) que totaliza uma execução de 662.578,89€ no ano de 2015.



- "Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares" com 505.145,73€, onde se destacam as requalificações nas localidades de Argoselo, Campo de Viboras, Pinelo, Vilar Seco e no Parque Municipal de Vimioso.
- "Outros Edifícios" (200.419,36€) que abrange as despesas da empreitada do Edifício de Apoio ao Balneário Termal para o Estudo Médico Hidrológico que totalizou uma execução de 158.077,27€ no ano de 2015.
- "Outros Investimentos" (327.189,16€) onde se destacam as despesas associadas à aquisição de estudos e projetos e com a empreitada Furos para Captação de Água para o Balneário Termal cuja despesa ascendeu a 158.734,56€.
- Os outros investimentos (Terrenos, Escolas, Captação e Distribuição de Água, Sinalização e Trânsito, Material de Transporte, Equipamento de Informática e Equipamento Básico) representam um total de 54.140,46€.

ESTRUTURA DAS DESPESAS



ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES		
Descrição	2015	%
Pessoal	2.506.703,49 €	41,06%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	2.907.022,78 €	47,62%
Juros e Outros Encargos	27.922,15 €	0,46%
Transferências Correntes	551.965,57 €	9,04%
Outras Despesas Correntes	111.449,64 €	1,83%
Total	6.105.063,63 €	100,00%

Para finalizar este capítulo e com base no quadro anterior, podemos ainda verificar que a estrutura das Despesas Correntes é marcada, no contexto geral, por dois pólos, as Despesas com Pessoal com 41,06% e a Aquisição de Bens e Serviços Correntes com 47,62%, por sua vez, as restantes rubricas têm uma expressão percentual baixa.

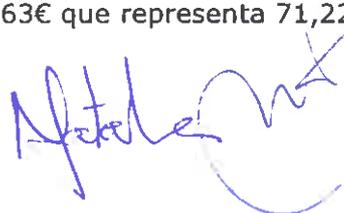
6.2 Evolução da Despesa:

A análise comparativa da despesa executada no ano económico em apreço e a na gerência anterior, está representada no quadro seguinte, através do qual poderemos constatar que a despesa registou no ano de 2015, face ao ano de 2014, um acréscimo de 223.778,84€, o que representa uma variação relativa de 2,68%.

EVOLUÇÃO DA DESPESA				
Despesas Correntes	2014	2015	Variação Absoluta	Variação Relativa
Despesa com pessoal	2.493.172,75 €	2.506.703,49 €	13.530,74	0,54%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	2.896.926,76 €	2.907.022,78 €	10.096,02	0,35%
Juros e Outros Encargos	35.536,67 €	27.922,15 €	-7.614,52	-21,43%
Transferências Correntes	455.891,09 €	551.965,57 €	96.074,48	21,07%
Outras Despesas Correntes	95.540,99 €	111.449,64 €	15.908,65	16,65%
Total Despesas Correntes	5.977.068,26 €	6.105.063,63 €	127.995,37 €	2,14%
Despesas Capital	2014	2015	Variação Absoluta	Variação Relativa
Aquisição de Bens de Capital	1.861.709,22 €	1.761.749,78 €	-99.959,44	-5,37%
Transferências de Capital	64.685,07 €	0,00 €	-64.685,07	-100,00%
Ativos Financeiros	0,00 €	402.175,92 €	402.175,92	
Passivos Financeiros	432.535,47 €	293.303,52 €	-139.231,95	-32,19%
Outras Despesas de Capital	11.944,00 €	9.428,01 €	-2.515,99	-21,06%
Total Despesas de Capital	2.370.873,76 €	2.466.657,23 €	95.783,47 €	4,04%
Despesas Totais	8.347.942,02 €	8.571.720,86 €	223.778,84 €	2,68%

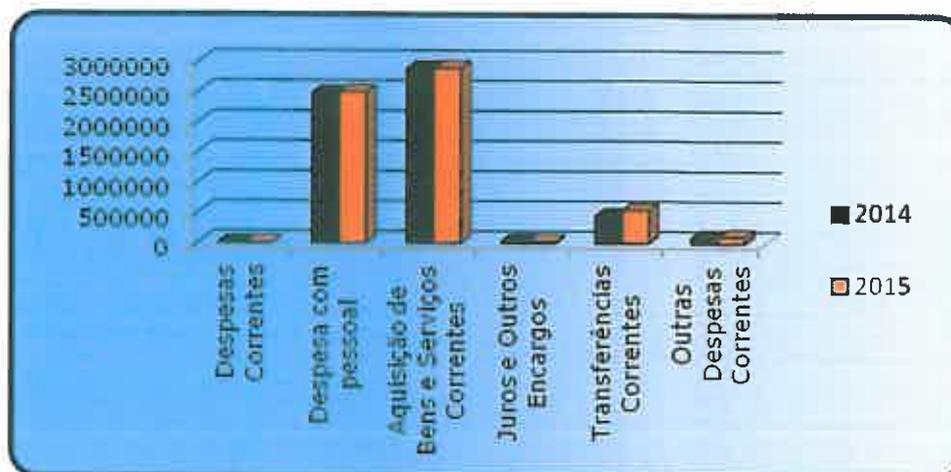
Comparando o ano de 2015 com o ano de 2014, regista-se um acréscimo de 2,14% nas Despesas Correntes, refletindo um acréscimo de 21,07% nas Transferências Correntes, um aumento de 16,65% nas Outras Despesas Correntes e um decréscimo de 21,43% na rubrica de Juros e Outros Encargos.

Em termos absolutos no ano de 2015 as despesas correntes aumentaram 127.995,37€, face ao ano de 2014, apresentando no ano em análise, um total de 6.105.063,63€ que representa 71,22% das despesas totais anuais.






EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

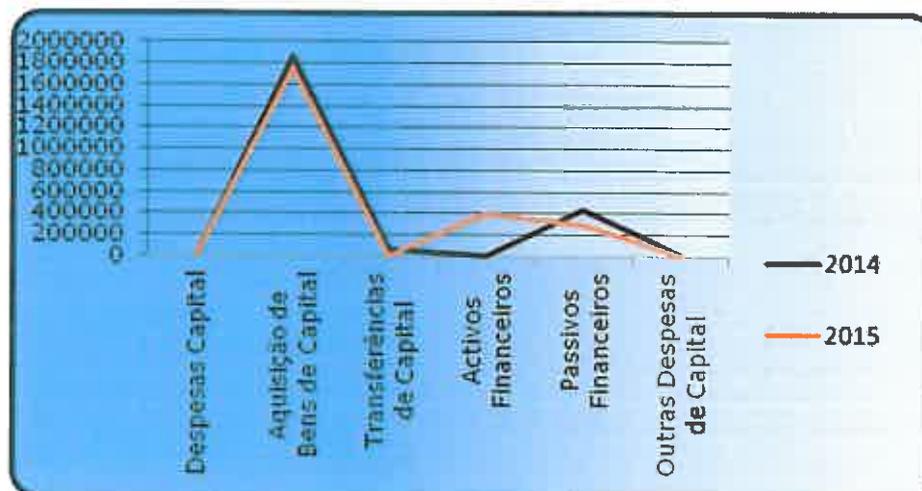
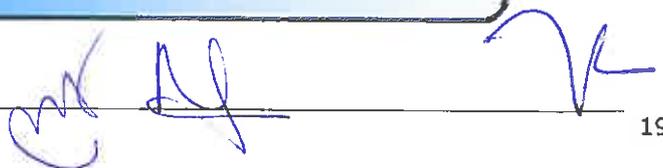


No que respeita às Despesas de Capital, a Aquisição de Bens de Capital registaram um decréscimo de 99.959,44€.

Regista-se uma descida de 139.231,95€ nos Passivos Financeiros, resultante da amortização de empréstimos contratados.

Ainda analisando as Despesas de Capital, convém realçar que no ano de 2015 o Município de Vimioso contribui com o montante de 402.175,92 € para a realização do capital social do FAM – Fundo de Apoio Municipal aprovado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM). O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios, baseando-se no princípio de repartição do esforço.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CAPITAL



7 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

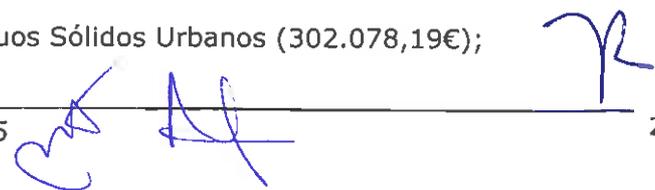
No que respeita à Execução Financeira Anual do PPI, salienta-se o valor de 4.117.371,92€, o que corresponde a um grau de execução anual de 71,67%.

Do ponto de vista operacional, destacam-se como principais contributos para obtenção daquela taxa os pagamentos realizados pelos seguintes objetivos:

- 1.2. Segurança e Ordem Públicas (83,48%);
- 2.1. Educação (10,56%);
- 2.2. Saúde (91,15%);
- 2.3. Segurança e Ação Sociais (67,03%);
- 2.4. Habitação e Serviços Coletivos (76,47%);
- 2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos (12,21%);
- 3.2. Indústria e Energia (98,09%);
- 3.3. Transportes e Comunicações (52,78%);
- 3.4. Comércio e Turismo (36,08%);
- 4.2. Transferências entre administrações (95,46%); e
- 4.3. Diversas não especificadas (65,16%).

Do ponto de vista de continuidade do modelo de desenvolvimento definido, foi realizado um conjunto de obras / investimentos das quais se destacam:

1. Estância Termal da Terronha (158.077,27€);
2. Aquisição de Bens e Serviços para o Balneário Termal (39.043,55€);
3. Furos para Captação de Água para o Balneário Termal (158.734,56€);
4. Beneficiação/Conservação/Reparação de Arruamentos Diversos no Concelho (68.836,86€);
5. Requalificações Urbanísticas no Concelho (135.045,98€);
6. Regeneração Urbana no Concelho (294.674,31€);
7. Elaboração de Estudos e Projetos (91.616,55€);
8. Exploração/Manutenção dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais no Concelho (294.825,73€);
9. Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (302.078,19€);





10. Exploração/Manutenção/ Tratamento e Avaliação da Qualidade da Água das ETAS do Concelho para Consumo Humano (258.915,71€);
11. Energia Elétrica/Remodelação/Ampliação da Rede de Iluminação Pública (637.620,43€);
12. Ligação Vimioso – Fronteira (Alcanices) (662.578,89€);
13. Subscrição/Realização de Unidades de Participação no Fundo de Apoio Municipal (402.175,92€);
14. Aquisição de Material para o Armazém (88.070,64€);
15. Reparação/Manutenção de Viaturas e/ou Máquinas (40.596,96€).

Os valores anteriormente descritos, despendidos no decurso do ano de 2015 são reveladores da capacidade financeira e de gestão da autarquia. Contudo, não podemos deixar de afirmar que para a realização de alguns investimentos foram recebidas participações comunitárias sem as quais não seria possível executá-los.

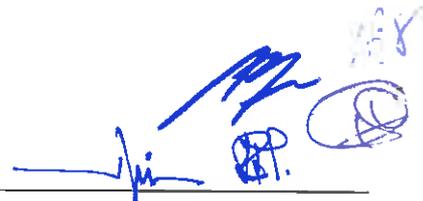
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS				
	Funções Gerais	Funções Sociais	Funções Económicas	Outras Funções
Dotação Inicial	130.110,00 €	3.794.910,00 €	2.258.150,00 €	258.730,00 €
Dotação Final	163.110,00 €	2.917.928,15 €	1.961.460,00 €	702.571,89 €
Montante Executado	108.529,35 €	2.094.372,53 €	1.329.023,16 €	585.446,88 €

Analisando o quadro anterior e o quadro seguinte, mais detalhadamente, deve salientar-se:

➤ As diversas funções revelam uma taxa de execução financeira anual bastante satisfatória, sendo que as Funções Gerais apresentam uma taxa de execução relativamente à dotação final de 66,54%, as Funções Sociais de 71,78%, as Funções Económicas de 67,76% e as Outras Funções de 83,33%.

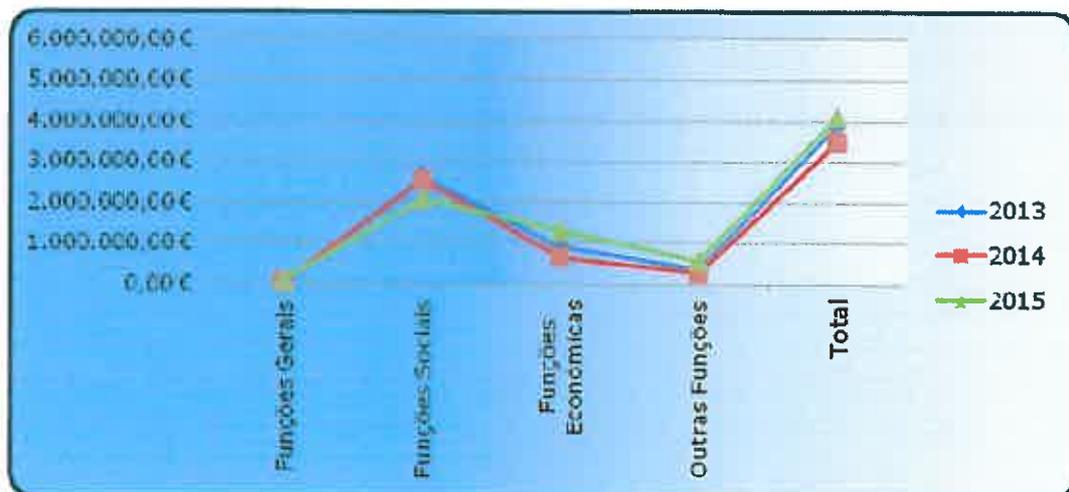
➤ Relativamente à evolução anual do Plano Plurianual de Investimentos podemos depreender que no ano de 2015 a execução deste foi superior ao ano de 2014 no montante de 622.917,02€.

➤ Comparando os montantes despendidos no ano de 2015 e 2014, concluímos que apenas as Funções Sociais sofreram um decréscimo.



EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ANUAL DO P. P. I.					
	2013	2014	2015	Variação Absoluta 2015-2014	Variação Relativa
Funções Gerais	0,00 €	32.998,94 €	108.529,35 €	75.530,41 €	228,89%
Funções Sociais	2.643.692,79 €	2.536.690,82 €	2.094.372,53 €	-442.318,29 €	-17,44%
Funções Económicas	929.121,63 €	656.595,04 €	1.329.023,16 €	672.428,12 €	102,41%
Outras Funções	353.659,18 €	268.170,10 €	585.446,88 €	317.276,78 €	118,31%
Total	3.926.473,60 €	3.494.454,90 €	4.117.371,92 €	622.917,02 €	17,83%

EVOLUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS





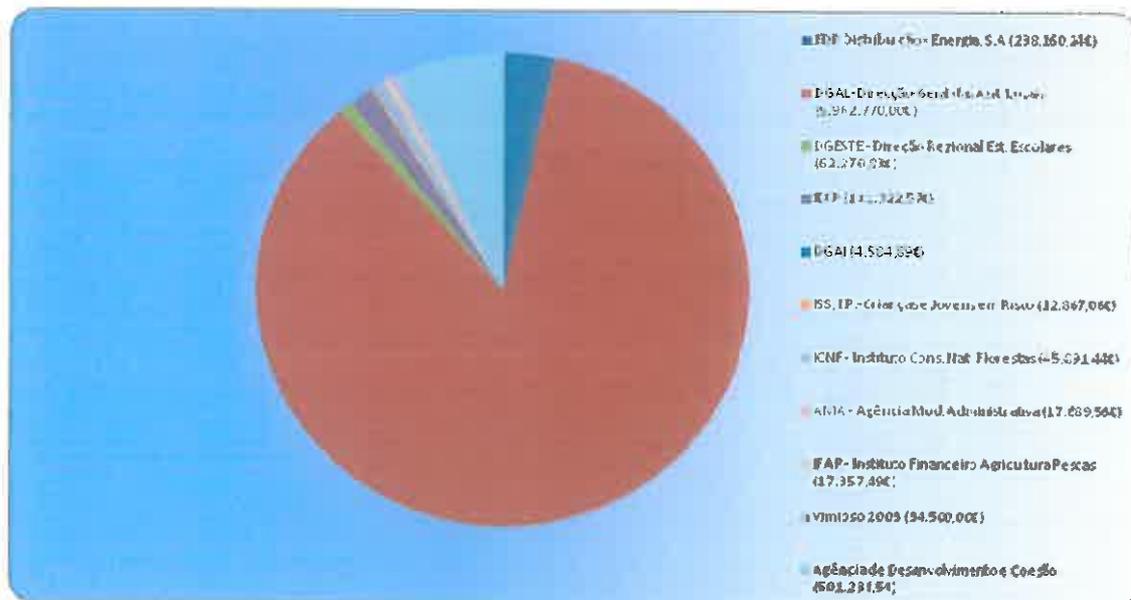
8 - Transferências e Subsídios:

8.1 Receitas Correntes e de Capital:

No gráfico seguinte estão realçadas transferências e subsídios mais significativos, transferidos das principais entidades para o município no ano em análise.

De entre as instituições, destacam-se a DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, a Agência de Desenvolvimento e Coesão, a EDP a título de rendas de concessão, o IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, a DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e o Instituto Conservação da Natureza e das Florestas.

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA (2015)



8.2 Despesas:

É de registar que no ano de 2015 as transferências correntes verificaram um acréscimo de 96.074,48€, ou seja, de aproximadamente 21,07% relativamente ao ano económico de 2014.

As transferências correntes a instituições sem fins lucrativos, registaram o montante de 369.845,87€. Dentro dessas transferências destacam-se as concedidas à AHBVV - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vimioso com a importância de 108.529,35€, os Clubes de Futebol com 69.460,00€, a Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa com o valor de 25.891,20€, o Centro Socio Cultural de Vimioso com 25.000,00€, o Moto-Clube Furões com 14.024,00€, e os Centros, Associações e restantes entidades com a quantia de 126.941,32€.



9 - Dívida do Município:

Em 31 de Dezembro de 2010, a Câmara Municipal de Vimioso apresentava uma dívida de 4.755.204,69€, como podemos constatar no seguinte quadro.

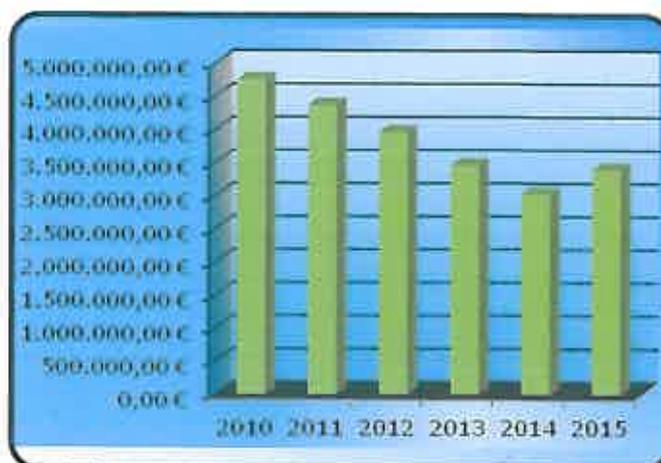
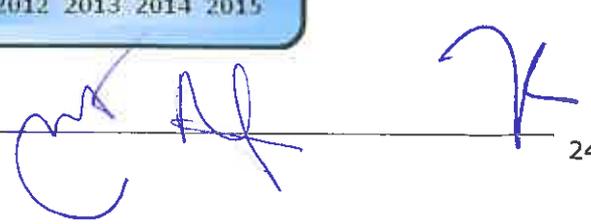
A 31 de Dezembro de 2011 a dívida de médio e longo prazo ascendia a 4.368.015,08€, que representa uma redução de 387.189,61€ face ao ano de 2010. Em 31 de Dezembro de 2012, a Câmara Municipal de Vimioso apresentava uma dívida de 3.957.982,46€, tendo registado uma diminuição relativamente ao ano de 2011, de 410.032,62€, no final do ano de 2013 a dívida de médio e longo prazo totalizava o montante de 3.458.914,97€ e no término de 2014 a dívida de médio e longo prazo perfazia 3.026.379,50€.

No término de ano de 2015 a dívida de médio e longo prazo perfazia 3.395.654,87€, resultante do facto de durante o ano de 2015 se ter contraído um empréstimo para a execução do investimento "Ligação Vimioso - Fronteira (Alcanices), cuja receita ascendeu a 662.578,89€, e de se ter amortizado em 293.303,52€ alguns dos empréstimos já contratados.

Por sua vez, a totalidade de encargos resultantes do serviço da dívida, ascendeu a 320.282,17€, dos quais 293.303,52€ respeitam a amortizações, 26.946,65€ a juros de empréstimos de médio e longo prazo e 32,00€ são relativos a taxas de expediente.

EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ENDIVIDAMENTO	4.755.204,69 €	4.368.015,08 €	3.957.982,46 €	3.458.914,97 €	3.026.379,50 €	3.395.654,87 €

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

10 - Situação Económica e Financeira – Sua Evolução:

10.1 Estrutura e Evolução Patrimonial:

A evolução patrimonial pode analisar-se através do Balanço, sendo este um documento contabilístico que expressa a situação patrimonial de determinada empresa. O conjunto de bens e direitos constituem o Ativo, enquanto que as obrigações constituem o Passivo.

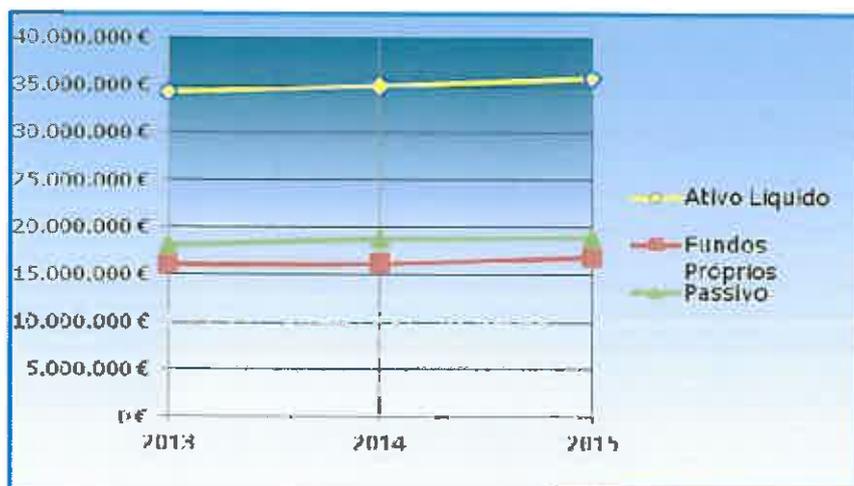
O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio, Ativo = Fundos Próprios + Passivo.

Numa óptica financeira, o Ativo corresponde às aplicações de fundos ou investimentos, onde os bens e direitos do município são financiados quer pelos Fundos Próprios, quer pelo Passivo (Capital Alheio).

No quadro seguinte pode observar-se a evolução de 2014 para 2015 verificada no Ativo Líquido, no Passivo bem como nos Fundos Próprios:

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO			
Rubricas	2014	2015	Varição Absoluta
Ativo Líquido	34.991.983,03 €	35.800.054,12 €	808.071,09 €
Fundos Próprios	16.215.179,66 €	16.857.822,98 €	642.643,32 €
Passivo	18.776.803,37 €	18.942.231,14 €	165.427,77 €

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO

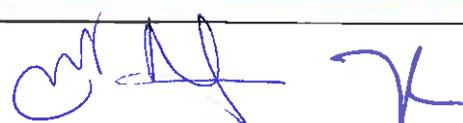




10.2 Análise do Ativo:

Tendo por base o quadro seguinte e analisando a composição do Ativo Líquido constante do Balanço, pode ler-se que, a rubrica mais relevante em 2015 foi o Imobilizado, incluindo os investimentos financeiros, com o valor de 32.985.469,72€.

ESTRUTURA DO ATIVO LIQUIDO			
Descrição	2013	2014	2015
IMOBILIZADO	32.298.196,16 €	32.834.095,40 €	32.985.469,72 €
Bens de Domínio Público	8.707.758,37 €	8.416.273,48 €	7.946.938,45 €
Terrenos e recursos naturais	23.188,31	23.188,31	23.188,31
Outras construções e infraestruturas	8.673.555,66 €	8.322.576,46 €	7.856.595,87 €
Outros bens do domínio público	4.028,00 €	63.522,31 €	60.167,87 €
Imobilizações em curso	6.986,40 €	6.986,40 €	6.986,40 €
Imobilizações Incorpóreas			
Imobilizações Corpóreas	23.532.061,79 €	23.906.779,03 €	24.527.498,38 €
Terrenos e recursos naturais	1.352.760,88 €	1.352.760,88 €	1.358.287,60 €
Edifícios e outras construções	12.227.570,17 €	12.170.377,83 €	13.747.648,30 €
Equipamento básico	1.447.947,94 €	2.285.518,32 €	2.112.906,50 €
Equipamento de transporte	232.538,80 €	155.659,12 €	136.935,35 €
Ferramentas e utensílios	75.205,41 €	87.291,54 €	43.927,94 €
Equipamento administrativo	133.935,27 €	134.379,01 €	47.139,10 €
Outras imobilizações corpóreas	639.817,12 €	547.681,99 €	450.963,16 €
Imobilizações em curso	7.422.286,20 €	7.173.110,34 €	6.629.690,43 €
Investimentos Financeiros	58.376,00 €	511.042,89 €	511.032,89 €
Partes de capital	54.625,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €
Obrigações e títulos de participação	3.751,00 €	461.042,89 €	461.032,89 €
CIRCULANTE	1.935.623,24 €	2.157.887,63 €	2.814.584,40 €
Existências	30.830,70 €	28.854,64 €	15.330,89 €
Matérias-primas, subsid. e de consumo	30.830,70 €	28.854,64 €	15.330,89 €
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	371.304,02 €	325.126,55 €	602.442,91 €
Clientes c/ c	0,00 €	1.986,99 €	1.828,54 €
Utentes c/ c	686,08 €	0,00 €	1.552,02 €
Clientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	9.332,12 €	11.082,42 €	16.427,54 €
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	44.138,96 €	18.751,32 €	27.238,11 €
Outros devedores	317.146,86 €	293.305,82 €	555.396,70 €
Disponibilidades	1.416.471,48 €	1.682.437,62 €	2.085.725,82 €
Depósitos em instituições financeiras	1.416.112,34 €	1.680.417,63 €	2.084.881,04 €
Caixa	359,14 €	2.019,99 €	844,78 €
Acréscimos e Diferimentos	117.017,04 €	121.468,82 €	111.084,78 €
Acréscimos de proveitos	94.121,50 €	95.548,58 €	85.368,45 €
Custos diferidos	22.895,54 €	25.920,24 €	25.716,33 €
Total do Ativo Líquido	34.233.819,40 €	34.991.983,03 €	35.800.054,12 €



Fazendo uma análise comparativa do ativo líquido do ano de 2015 com o ano de 2014, convém realçar o seguinte:

- Em 2015 observa-se um crescimento na rubrica do Imobilizado, na ordem dos 151.374,32€.
- O Imobilizado Corpóreo registou face ao ano de 2014, em 2015 uma redução de 543.419,91€ no Imobilizado em Curso e um aumento de 1.577.270,47€ na rúbrica de Edifícios e Outras Construções.
- A rubrica de Investimentos Financeiros sofreu uma redução de 10,00€ nas Obrigações e Títulos de Participação em resultado da regularização da participação na empresa Laboratório Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro que se encontrava registada indevidamente.
- Relativamente às Dívidas de Terceiros de Curto Prazo verifica-se um acréscimo de 8.486,79€ no montante a receber do Estado e Outros Entes Públicos e de 268.090,88€ no montante a receber de Outros Devedores. A rubrica Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa registou face ao ano de 2014 um acréscimo de 5.345,12€.
- Quanto às disponibilidades convém referir o aumento de 403.288,20€, face ao ano de 2014.

10.3 Análise dos Fundos Próprios e do Passivo:

Seguidamente apresenta-se a evolução dos Fundos Próprios e Passivo.

ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Descrição	2014	2015	Variação
FUNDOS PRÓPRIOS	16.215.179,66 €	16.857.822,98 €	642.643,32 €
Património	7.077.947,99 €	7.077.947,99 €	- €
Reservas Legais	1.136.821,27 €	1.156.529,29 €	19.708,02 €
Subsídios	149.999,99 €	- €	- 149.999,99 €
Doações	9.110,00 €	9.110,00 €	- €
Resultados Transitados	7.447.140,01 €	7.769.497,69 €	322.357,68 €
Resultados Líquidos do Exercício	394.160,40 €	844.738,01 €	450.577,61 €
PASSIVO	18.776.803,37 €	18.942.231,14 €	165.427,77 €
Provisões para Riscos e Encargos	- €	18.417,51 €	18.417,51 €
Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	3.026.379,50 €	3.395.654,87 €	369.275,37 €
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	1.053.735,10 €	647.998,82 €	- 405.736,28 €
Acréscimos de Custos	554.534,16 €	497.232,33 €	- 57.301,83 €
Proveitos Diferidos	14.142.154,61 €	14.382.927,61 €	240.773,00 €

Analisando o quadro anterior podemos afirmar que:

- Os Fundos Próprios registaram um incremento de 642.643,32€, face ao ano anterior, que tiveram por base o aumento de 19.708,02€ nas Reservas Legais, de 322.357,68€ em Resultados Transitados e de 450.577,61€ no Resultado Líquido do Exercício.
- Em relação às Dívidas a Terceiros, estas dividem-se em Curto e Médio, Longo Prazos.
- Nas Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo, temos a rubrica Empréstimos de Médio e Longo Prazos que regista o valor de 3.395.654,87€ e que face a 2014 aumentou o seu montante em 369.275,37€.
- No que concerne às Dívidas a Terceiros de Curto prazo destaca-se uma redução de 405.736,28€ face ao ano anterior, tendo contribuído para essa redução o pagamento de 402.175,92 € para a realização do capital social do FAM – Fundo de Apoio Municipal aprovado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

10.4 Análise da Demonstração de Resultados:

A Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração contabilística dinâmica que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido em um exercício, através do confronto das receitas, custos e resultados.

A demonstração do resultado do exercício oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais.

O Município de Vimioso apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2015, um Resultado Líquido de Exercício positivo, no valor de 844.738,01€, constituído pelos seguintes resultados:

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				
Descrição		2014	2015	Variação
Resultados Operacionais	1	- 65.752,08 €	- 5.687,77 €	60.064,31 €
Resultados Financeiros	2	- 33.884,05 €	196.324,05 €	230.208,10 €
Resultados Correntes	3=1+2	- 99.636,13 €	190.636,28 €	290.272,41 €
Resultados Extraordinários	4	493.796,53 €	654.101,73 €	160.305,20 €
Resultados Líquido do Exercício	5=3+4	394.160,40 €	844.738,01 €	450.577,61 €

Efetuada uma análise comparativa do ano de 2015 e 2014 podemos verificar que o Resultado Líquido do Exercício evoluiu favoravelmente em 450.577,61€.



Os Resultados Operacionais apresentam um valor negativo de 5.687,77€ e tiveram uma variação positiva de 60.064,31€. O que contribuiu para esse resultado foi o aumento de 152.232,25€ nos Proveitos Operacionais, acompanhado pelo acréscimo de 92.167,94€ nos Custos Operacionais.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS			
Rubricas	2014	2015	Variação
Proveitos Operacionais	7.193.065,65 €	7.345.297,90 €	152.232,25 €
Vendas e Prestações de Serviços	465.786,36 €	490.651,59 €	24.865,23 €
Impostos e Taxas	488.280,61 €	530.170,09 €	41.889,48 €
Trabalhos para a própria entidade	- €	6.095,38 €	6.095,38 €
Transferências e Subsídios Obtidos	6.238.998,68 €	6.318.380,84 €	79.382,16 €
Custos Operacionais	7.258.817,73 €	7.350.985,67 €	92.167,94 €
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	387.464,07 €	338.184,22 €	- 49.279,85 €
Fornecimentos e Serviços Externos	2.637.808,67 €	2.585.817,20 €	- 51.991,47 €
Custos com o Pessoal	2.520.982,88 €	2.500.542,77 €	- 20.440,11 €
Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	434.891,09 €	554.313,28 €	119.422,19 €
Amortizações do Exercício	1.276.671,02 €	1.348.460,69 €	71.789,67 €
Provisões do Exercício	- €	18.417,51 €	18.417,51 €
Outros Custos Operacionais	1.000,00 €	5.250,00 €	4.250,00 €
Resultados Operacionais	- 65.752,08 €	- 5.687,77 €	60.064,31 €

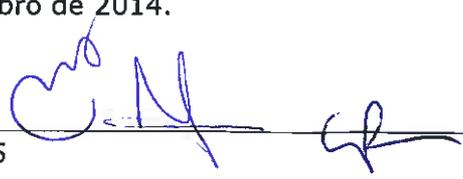
Relativamente aos Custos Operacionais verificaram-se aumentos nos custos com Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, Amortizações do Exercício, Provisões. Por sua vez registaram-se reduções nos Custos com o Pessoal, no Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas e nos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos.

Os Proveitos Operacionais cresceram 152.232,25€ e todas as rubricas que os compõem verificaram variações positivas, face ao ano de 2014.

Ao contrário do que se verificou no ano de 2014, no ano de 2015 os Resultados Financeiros, e os Resultados Correntes apresentam um valor positivo.

Em 31 de dezembro de 2015, o Resultado Extraordinário, apresenta-se positivo em 654.101,73€, verificando-se um acréscimo de 160.305,20€, face ao ano de 2014.

O comportamento das diversas rubricas de resultados conduziu a um acréscimo de Resultado Líquido, face a 31 de dezembro de 2014.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

11 - Conclusão:

Uma vez mais este relatório evidencia a forma rigorosa e transparente como é gerida a autarquia.

A defesa intransigente dos interesses do concelho e, portanto da sua população, ficam claramente demonstrados nas opções tomadas e ações desenvolvidas, sempre orientados pelo superior interesse público.

A proximidade com as pessoas, em geral, e com aquelas que vivem momentos mais difíceis, em particular, fez com que o foco nas políticas sociais continuasse a merecer especial atenção.

A autarquia continua com prazos que pagamento muito curtos, situação que lhe garante o reconhecimento, não só, dos munícipes, mas de todos os fornecedores.

Concluimos um conjunto de investimentos financiados por fundos comunitários e outros foram preparados prevendo-se a sua execução e conclusão durante o ano de 2016.

A saúde financeira da autarquia permite-nos encarar o futuro com otimismo procurando a cada dia contribuir para a realização pessoal e profissional dos que a aqui vivem, trabalham ou nos visitam.

Todos os atores políticos (Freguesias e Município) e sobretudo os munícipes têm contribuído, de forma decisiva, para a coesão do concelho e simultaneamente para o fortalecimento da confiança no futuro que se pretende mais próspero, justo e solidário.

Vimioso, 14 de março de 2016.

PRESENTE NA REUNIÃO
ORDINÁRIA

05 ABR. 2016

DELIBERAÇÃO:

*Deliberado aprovar e
submeter a apreciação
e aprovação da Ass. Municipal*

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature and date 05/5 in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]